

Resolução do Conselho de Ministros n.º 104/2025

A Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, EPE (AICEP, EPE), é uma pessoa coletiva de direito público, com natureza empresarial, nos termos do artigo 1.º dos Estatutos da AICEP, EPE, aprovados pelo [Decreto-Lei n.º 229/2012](#), de 26 de outubro, na sua redação atual (Estatutos da AICEP, EPE).

Nos termos do artigo 17.º dos Estatutos da AICEP, EPE, os membros do conselho de administração estão sujeitos ao Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo [Decreto-Lei n.º 71/2007](#), de 27 de março, na sua redação atual (Estatuto do Gestor Público).

Através da [Resolução do Conselho de Ministros n.º 70/2024](#), de 4 de junho, foram nomeados, para o mandato de 2024-2026, os membros do conselho de administração da AICEP, EPE, incluindo o respetivo presidente.

Nos termos do artigo 26.º do Estatuto do Gestor Público, o gestor público pode ser livremente demitido, competindo a cessação de funções ao órgão de nomeação.

Nos termos do artigo 15.º dos Estatutos da AICEP, EPE, o presidente do conselho de administração é nomeado mediante resolução do Conselho de Ministros, sob proposta dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, dos negócios estrangeiros e da economia.

Assim, após audição do interessado, procede-se à exoneração do atual presidente do conselho de administração, a fim de conferir maior dinâmica ao serviço, e procede-se à nomeação da nova presidente do conselho de administração da AICEP, EPE.

Nos termos do n.º 3 do artigo 13.º do Estatuto do Gestor Público, foi ouvida a Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública, que se pronunciou favoravelmente sobre a nomeação constante da presente resolução.

Assim:

Nos termos dos artigos 13.º, 15.º e 17.º dos Estatutos da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, EPE, aprovados em anexo ao [Decreto-Lei n.º 229/2012](#), de 26 de outubro, na sua redação atual, dos artigos 13.º e 26.º do Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo [Decreto-Lei n.º 71/2007](#), de 27 de março, na sua redação atual, e da alínea d) do artigo 199.º da Constituição, o Conselho de Ministros resolve:

1 - Exonerar Ricardo Nuno Moreira Coutinho de Almeida Arroja do cargo de presidente do conselho de administração da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, EPE (AICEP, EPE).

2 - Nomear Maria Madalena de Sousa Monteiro Oliveira e Silva para o cargo de presidente do conselho de administração da AICEP, EPE, para o mandato de 2024-2026, com fundamento em parecer da Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública através do qual é reconhecida idoneidade, aptidão e experiência profissional à ora nomeada, publicando-se a sua nota curricular em anexo à presente resolução e da qual faz parte integrante.

3 - Estabelecer que a remuneração da ora nomeada obedece ao disposto na [Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012](#), de 14 de fevereiro, na sua redação atual, e à classificação atribuída pela [Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012](#), de 26 de março, na sua redação atual, ficando autorizada a optar pelo vencimento do lugar de origem, ao abrigo do disposto no n.º 8 do artigo 28.º do Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo [Decreto-Lei n.º 71/2007](#), de 27 de março, na sua redação atual.

4 - Determinar que a ora nomeada apresente uma proposta de objetivos anuais para o mandato de 2024-2026, a incluir no contrato de gestão a celebrar, nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 18.º e 30.º do Estatuto do Gestor Público e na [Portaria n.º 317-A/2021](#), de 23 de dezembro, a ser apresentada com a máxima brevidade possível, de forma desmaterializada, através do Sistema de Informação do Setor Empresarial do Estado, tendo em vista o cumprimento do prazo estabelecido no n.º 2 do artigo 18.º do Estatuto do Gestor Público.

5 - Estabelecer que a presente resolução produz efeitos a 23 de junho de 2025.

Presidência do Conselho de Ministros, 23 de junho de 2025. - O Primeiro-Ministro, Luís Montenegro.

ANEXO

(a que se refere o n.º 2)

Nota curricular

Licenciada em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa, Universidade Clássica de Lisboa; mestrado em Direito Internacional Público pela Universidade de Direito, de Economia e de Ciências Sociais de Paris (Paris II), pós-graduação em Direito Comunitário no Colégio da Europa, Bruges (Bélgica), e Curso de Gestão para Executivos, Universidade Católica Portuguesa.

Atualmente, desde junho de 2024, exerce funções de administradora executiva da AICEP, com responsabilidades nas áreas de captação de investimento e acompanhamento na implementação de projetos, custos de contexto, incentivos ao investimento e à internacionalização. Desde outubro, acumula com o cargo de vogal não executiva do IAPMEI.

Entre janeiro e junho de 2024, foi assessora do conselho de administração da AICEP e, de junho a dezembro de 2023, desempenhou o cargo de secretária-geral da mesma Agência.

Entre abril de 2017 e junho de 2023 foi administradora executiva da AICEP, com os pelouros das áreas jurídica, financeira, incentivos ao investimento e à internacionalização, custos de contexto e apoio comercial às empresas.

Anteriormente, na mesma Agência, desempenhou, entre 2008 e 2017, o cargo de diretora de custos de contexto, tendo também chefiado o Gabinete do Presidente do Conselho de Administração da Agência, de 2007 a 2008, e chefiado ainda a área de gestão da rede externa da Agência, entre 2005 e 2007.

De 1998 a 2005, foi, sucessivamente, vogal do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social e do Instituto de Segurança Social com responsabilidades nas matérias de recursos humanos, administração, auditoria e património imobiliário.

Exerceu anteriormente, de 1989 a 1998, funções de coordenação da área jurídica de investimento estrangeiro e os cargos de diretora jurídica do ICEP - Investimentos, Comércio e Turismo de Portugal, diretora adjunta de Investimento Estrangeiro. Nessa qualidade participou na negociação de contratos de investimento, bem como de acordos intergovernamentais (bilaterais e multilaterais) de investimento, e acompanhou o Comité de Empresas Multinacionais e Investimento da OCDE, tendo apresentado comunicações sobre investimento em seminários internacionais promovidos pela OCDE e UNCTAD.